

Dossiê: O financiamento da educação e a qualidade do ensino: desafios para o novo Plano Nacional de Educação

Apresentação

O tema em pauta no presente dossiê é: *"O financiamento da Educação e a qualidade do ensino: desafios para o novo Plano Nacional de Educação"*, o qual agrega temáticas congêneres como o custo aluno/qualidade; o Fundeb; o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, dentre outros.

A partir das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais e dos consensos jurídicos estabelecidos na contemporaneidade, a educação passa a se configurar como um direito público e subjetivo, o qual pressupõe o atendimento de qualidade a todos os cidadãos. O artigo 205 da Constituição Brasileira (1988) estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Indubitavelmente para a obtenção da propalada qualidade educacional é necessário a dotação de recursos para tal fim, visando as condições apropriadas para sua efetividade,

[...] que são entendidas como as condições materiais e estruturais das escolas (conservação do material pedagógico; equipamentos eletrônicos; existência de computadores e internet, avaliação da escola; iluminação e ventilação (condições físicas da escola), traduzidas pelo índice de Condições Materiais e Estruturais (ICME); pelas condições do professor (escolaridade, experiência; situação trabalhista; salário), representadas pelo índice de Condições do Professor (ICP); e pelas condições da gestão escolar (forma de provimento do diretor; conselho escolar; projeto político pedagógico; salário do diretor) representadas pelo Índice de Condições da Gestão Escolar (ICG). (Gouveia, Souza, 2012 p. 07)

De forma recorrente e, em diferentes contextos históricos, o tema da qualidade da educação tem sido apresentado como prioridade nos discursos oficiais e como uma das principais reivindicações de entidades acadêmicas e de pesquisadores. Todavia, ainda parece-nos consensual as múltiplas manifestações e denúncias sobre a ausência da qualidade da escola brasileira e a não efetividade da destinação substantiva de recursos da União para a educação básica. A questão que se coloca é: será que o modelo de financiamento da educação brasileira, bem como a sua gestão/utilização, têm garantido as condições de qualidade para o cumprimento da universalização do ensino, conforme o compromisso explicitado na legislação? Segundo argumentos de Gouveia, Souza (2012, p. 07) "[...] o montante de investimentos ainda tem se mostrado insuficiente, pois não temos um incremento de recursos que permitam mudar o panorama da qualidade da educação no País de maneira significativa". Assim, faltam recursos e, além disso, muitas vezes, os recursos existentes são utilizados de maneira inadequada.

Considerando a ligação intrínseca do financiamento da educação com o crescimento da economia, o tempo presente requer análises críticas e aprofundadas sobre essa questão e a observância de possíveis impactos dos ajustes econômicos sobre aspectos conquistados pelo Plano Nacional de Educação. No que tange ao referido Plano e sua correlação com o financiamento, ressaltamos a Meta 15 que dispõe sobre as condições do trabalho docente e a necessidade da formação também em nível de pós-graduação, bem como a equiparação salarial dos profissionais do magistério equivalentes a outros profissionais com a mesma formação e a Meta 20, que preconiza:

ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio" (Brasil, PNE, 2014, p.7).

Destarte, com a intenção de fomentarmos o debate sobre a temática em tela, o dossiê "*O financiamento da Educação e a qualidade do ensino: desafios para o novo Plano Nacional de Educação*" disponibiliza uma entrevista e quatro artigos de pesquisadores que têm se dedicado ao estudo deste importante tema.

José Marcelino Pinto (USP - RP) e Daniel Cara (USP), em entrevista concedida à Maria Vieira Silva (UFU), abordam aspectos relacionados ao financiamento da educação, ao direito à educação, à qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação no contexto posterior à aprovação do Plano Nacional de Educação. Tendo como referência o atual cenário político e econômico, os entrevistados apresentam importantes reflexões sobre os principais contributos do novo Plano Nacional de Educação e os desafios para o cumprimento das metas estabelecidas pelo documento.

No artigo "*O financiamento da educação de qualidade*", Paulo Sena (UnB/ Câmara dos Deputados), discute o financiamento da educação no âmbito da legislação educacional brasileira. O autor enfoca o conceito de padrão mínimo de qualidade, a evolução para o conceito operacional custo aluno qualidade, calcado sobre os insumos necessários à educação de qualidade e os desafios postos para a execução do atual Plano Nacional de Educação.

O artigo de autoria de Maria Alice de Miranda Aranda, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS – MS, intitulado "*O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada*" desenvolve análises sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, elegendo como temática precípua a qualidade da educação. O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando o enfoque do tema da qualidade no âmbito das metas e estratégias do referido documento.

O artigo "*O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e a gestão de recursos: limites e possibilidades em uma escola de ensino médio do DF*", de Rosângela Rodrigues Trindade (Universidade Católica de Brasília) e Wellington Ferreira de Jesus (Universidade Católica de Brasília), propõe-se a analisar a implementação do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira

(PDAF) das escolas públicas. Para tanto, o autor apresenta resultados de uma pesquisa empírica realizada em um Centro de Ensino Médio com o objetivo de compreender os impactos da administração do PDAF no cotidiano escolar.

Por fim, pretendemos com esse dossiê, colaborar com os debates referentes ao tema “financiamento da educação”, correlacionando-o aos desafios e possibilidades instauradas no contexto posterior à aprovação do Plano Nacional de Educação.

Maria Célia Borges

Faculdades Integradas do Pontal - UFU

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: DF, 1988.

_____. *Plano Nacional da Educação*. Diário oficial da União. 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/LeiPNE.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2015.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Angelo Ricardo, Os desafios atuais referentes ao financiamento de uma Educação de Qualidade. **Fineduca**. Porto Alegre-RGS, v.2,n.3, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/fineduca>> Acesso em: 26 fev.2015.